

EFEITO DA QUALIDADE DA GOVERNANÇA PÚBLICA SOBRE O SENTIMENTO DE CONFIANÇA DA POPULAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS: UMA ANÁLISE PARA PAÍSES LATINO-AMERICANOS

PAULO SÉRGIO ALMEIDA-SANTOS
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

ANDRÉIA CARPES DANI
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)

CRISTIAN BAU DAL MAGRO
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)

JOSÉ MATIAS-PEREIRA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

VINICIUS COSTA DA SILVA ZONATTO
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)

EFEITO DA QUALIDADE DA GOVERNANÇA PÚBLICA SOBRE O SENTIMENTO DE CONFIANÇA DA POPULAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS: UMA ANÁLISE PARA PAÍSES LATINO-AMERICANOS

1 INTRODUÇÃO

Durante as últimas quatro décadas tem havido um declínio da confiança da sociedade com seus governantes. O declínio no sentimento de confiança da população provoca perda no desempenho político e administrativo, e insatisfação com os serviços públicos ofertados, e portanto, os gestores públicos têm o desafio de manter a confiança social (Nye *et al.* 1997; Heintzman & Marson, 2005; Welch, Hinnant & Moon, 2005). A preocupação dos governantes com o declínio da confiança no governo, tornou-se elemento permanente do discurso político contemporâneo, que se estende aos níveis de confiança dos cidadãos na administração pública (Wall, Roosbroek & Bouckaert, 2008).

O sentimento de confiança possui diversas formas e mecanismos que podem invocá-lo, os quais, dependem primordialmente da interação da sociedade com as políticas públicas do governo. O sentimento de confiança traz consequências benéficas, tornando as instituições mais democráticas, a política mais participativa e as organizações com maior pró atividade (Putnam, 1993; Levi, 1998; Rennó, 2001). Do mesmo modo, o padrão otimista pode ser compreendido em nível de sociedade (município, estado e/ou país), quando a população pertencente a um país, por exemplo, é formada em sua maioria por pessoas mais confiantes, existirá uma tendência dessa população possuir melhores condições de trabalho, e de existir maior crescimento econômico e menores índices de criminalidade e corrupção nesse país (Rothstein & Uslaner, 2005).

Os países em que a população possui baixos níveis de confiança no governo, também apresentam baixos níveis de cumprimento das obrigações fiscais, níveis mais elevados de corrupção e baixo crescimento econômico (Uslaner, 2003). Em diversas nações do mundo, a confiança é uma parte integrante de um conjunto de condições sociais, políticas e econômicas. A alta confiança nos países é caracterizada pela homogeneidade étnica, boa governança pública, riqueza (PIB) e igualdade de renda. A exemplo disso, países como Noruega, Suécia e Dinamarca possuem os mais altos níveis de sentimento de confiança da população em relação as instituições governamentais e, portanto, o retorno disto são os altos índices econômicos e sociais observados nestes países (Delhey & Newton, 2005).

Kim (2010) sugere que as competências fundamentais de um governo, a fim de satisfazer as expectativas dos cidadãos e reforçar a sua confiança, devem considerar a auto expressão e vontade de participação da população, melhoria do desenvolvimento econômico, qualidade dos serviços públicos e redução da corrupção. Desse modo, questões relacionadas à confiança e satisfação dos cidadãos em relação aos governos são extremamente importantes para o desenvolvimento econômico e social (Park & Blenkinsopp, 2011). Os líderes do governo reconhecem que, a fim de realizar e implementar políticas públicas, precisam desenvolver relacionamentos eficazes e de confiança entre os cidadãos e as instituições (Kikuchi, 2008).

Tendo em vista a relevância da governança pública sobre o sentimento de confiança da sociedade, e da importância destes fatores para o maior engajamento social com relação à tolerância na diversidade de opiniões (Putnam, 1993; Levi, 1998), obediência a legislação (Putnam, 1993; Levi, 1998), cooperação horizontal (Putnam, 1993; Rothstein & Uslaner, 2006), parcerias democráticas, e estabilidade democrática, social, política e economia (Kissler & Heidmann, 2006), faz-se importante o seguinte questionamento: Qual o efeito da qualidade da governança pública no sentimento de confiança da população nas instituições governamentais de países latino-americanos? Para responder a essa pergunta de pesquisa, o objetivo do estudo

consiste em verificar o efeito da qualidade da governança pública no sentimento de confiança da população nas instituições governamentais de países latino-americanos.

A análise compreendeu um período de 19 anos (1996-2014) para um painel de sete países. Embora, que numa frequência de 0 a 100%, o nível de confiança em instituições tais como: forças armadas, polícia, judiciário, partidos políticos, parlamento e governo nacional, não supere os 50% para a maioria dos casos, os principais resultados mostram que quanto melhor for a qualidade da governança pública maior tende a ser a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais. Ademais, dentre outros resultados adicionais, nota-se que quanto maior a renda per capita do país, maior são as chances de os cidadãos superavaliarem a confiança nas instituições governamentais; e que quanto maior o nível de escolaridade da população maior são as chances de os cidadãos subavaliarem a confiança nas instituições governamentais de seu país.

O estudo justifica-se pela importância de se compreender os efeitos da qualidade da governança pública no contexto investigado. Destaca-se uma incipiência de estudos anteriores sobre a relação entre a qualidade de governança pública e a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais, visto que evidências sobre tais relacionamentos foram encontradas apenas nos estudos desenvolvidos por Christensen e Lsgreid (2005), Porumbescu e Park (2014) e Porumbescu (2015), todos realizados em outro ambiente. Portanto, verifica-se uma lacuna de pesquisa envolvendo a qualidade de governança pública e a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais, sobretudo, de países latino-americanos.

Dessa forma busca-se contribuir para a literatura relacionada à governança pública, visto que o crescimento das pesquisas sobre “boa governança” ou qualidade da governança pública tem sido impulsionado por estudos os quais demonstram, que esse mecanismo de monitoramento da atuação governo e das demais instituições públicas, é a chave para compreender o crescimento econômico e o bem-estar social de países em desenvolvimento (Rothstein & Teorell, 2008). Assim, o estudo justifica-se pela relevância do tema para a literatura, em virtude do período de transição e instabilidade econômica e política vivida pelos países em desenvolvimento localizados na América Latina (*e.g.*, Lechner, 1993; Leonardi *et al.*, 2011). Além do mais, nos países em desenvolvimento, tais como os latino-americanos, os cidadãos enfrentam maior níveis de assimetria informacional por parte do governo e tendem a sofrer maiormente com o oportunismo governamental (*e.g.*, Schuknecht, 1998; Brender & Drazen, 2005), o que pode aumentar a desconfiança dos cidadãos em relação à governabilidade pública, que com efeito, pode se estender a todas instituições governamentais do Estado como um todo.

2 QUALIDADE DA GOVERNANÇA PÚBLICA

O *Worldwide Governance Indicators (WGI)* (2018) afirma que a governança é composta pelas tradições e instituições pelas quais a autoridade de um país é exercida, e incluem, por exemplo, processos pelos quais os governos são selecionados, monitorados e substituídos, a capacidade do governo de formular e implementar políticas sólidas de forma eficaz, e o respeito dos cidadãos e do Estado pelas instituições que governam as interações econômicas e sociais entre eles (WGI, 2018).

No período entre 1980 e 1990 diversas iniciativas e princípios relacionados à governança pública foram lançados no mundo, em virtude da crescente insatisfação da população face as práticas anteriormente adotadas na gestão do ente público. Esta inquietação impulsionou um movimento denominado de nova gestão pública. Dentre os fatores que impulsionaram essa mudança, situam-se: problemas de ordem econômica, relacionados a eficiência e eficácia dos governos; falta de confiança da população em relação as parcerias público-privadas; rejeição e

subestimação da participação da população; falhas na realização de tarefas e na tomada de decisões (Bovaird & Loffer, 2003).

A necessidade das práticas de gestão pública diferenciadas, mobilizou reformas administrativas com o objetivo de compartilhar ações pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando transparência e eficácia para a resolução de problemas sociais que visam desenvolvimento sustentável de todos os envolvidos (Löffler, 2001).

Além disso, a modernização do Estado ocorrida nos últimos 20 anos, foi inspirada na administração pública gerencial, transformando-a em uma gestão mais empresarial, menos onerosa e, em geral, mais eficiente, porém, menos interessante do ponto de vista dos cidadãos. Dessa maneira, as fronteiras entre os órgãos públicos e os cidadãos receberam novos contornos, que não se revelaram favoráveis na percepção dos cidadãos (Kissler & Heidemann, 2006). Ressalta-se que esses fatores podem fazer com que haja melhor qualidade na governança pública, contudo, provavelmente existirá um menor sentimento de confiança da sociedade, tendo em vista que seus benefícios devem ser reprimidos.

A governança pública está associada ao debate político desenvolvimentista, termo utilizado para se referir as políticas de desenvolvimento orientadas por elementos estruturais, formados pela gestão, responsabilidade, transparência e legalidade do setor público (Kissler & Heidemann, 2006). Esses elementos estruturais são necessários para o desenvolvimento de todas as sociedades, conforme acordos idealizados pela *Organization Nations United (ONU)* e *Organization for European Cooperation and Development (OECD)*.

De acordo com a ciência política, a governança pública está associada a alterações na gestão política, que de maneira geral, trata dos vieses para a autogestão nos campos social, econômico e político. De maneira paralela à hierarquia e ao mercado, com suas formas de gestão à base do poder e dinheiro, deve-se adicionar ao modelo de governança pública a negociação, a comunicação e a confiança (Kissler & Heidemann, 2006).

Neste sentido, a confiança no governo é o fator adicionado como contributo ao estudo da governança pública. Kissler e Heidemann (2006) estabelecem os fundamentos normativos da governança pública para o entendimento do Estado como um agente de governança. Assim, para que um Estado convencional, transcenda a um novo modelo de Estado, é preciso que haja sentimento de confiança da sociedade sobre tais atitudes, visto a necessidade de garantir a produção do bem público.

O Estado deve ser entendido como o ente que dirige o desenvolvimento social, e não pela visão tradicional de guardião e protetor do bem comum (Kissler & Heidemann, 2006). O conceito de governança pública justifica políticas que abrangem uma amplitude de atribuições, onde a obrigação de oferecer, em termos exclusivos, todos os serviços públicos não é mais exclusivo das instituições públicas (Kissler & Heidemann, 2006). Nos dias atuais, o Estado tem o poder para transferir ações ao setor privado, ou executá-las em parceria com os agentes sociais, tornando-se coprodutor do bem público, mas responsável pela sua produção (Kissler & Heidemann, 2006).

Rennó (2001) considera que quanto maior o nível de confiança interpessoal, mais politicamente envolvido será o cidadão, e mais estável será a democracia. Portanto, a confiança no governo é um dos principais valores culturais associados ao comportamento político. A confiança reforça a ação coletiva, visto que minimiza comportamentos oportunistas, entendidos como uma preferência pelos atos isolados, ao invés do envolvimento coletivo (Putnam, 1993). A confiança é pré-requisito da participação política, do comportamento de obediência às leis, da cooperação horizontal e da tolerância à diversidade de opiniões. Os indivíduos têm confiança no governo, porque possuem certas expectativas sobre a condução das ações tomadas pelos governantes (Putnam, 1993).

Neste sentido, a governança pública passou a ser entendida como os acordos formais e informais que determinam como as decisões e ações públicas são realizadas, considerando os

valores constitucionais de um país (Mimicopoulos *et al.*, 2007), ou ainda, como a forma em que as partes interessadas interagem, a fim de influenciar e participar das políticas públicas. Portanto, a boa governança pública ocorre a partir da negociação das partes interessadas sobre um assunto (ou área) que seja relacionado a melhoria dos resultados alcançados pelas políticas públicas (Bovaird & Loffer, 2003).

Bovaird e Loffer (2003) listam dez características da boa governança que são recorrentes na literatura, a saber: o envolvimento do cidadão; transparência; prestação de contas; a igualdade e inclusão social (gênero, etnia, idade, religião, etc.); comportamento ético e honesto por parte dos governantes; desenvolvimento de procedimentos justos e legais; capacidade de competir em um ambiente global; capacidade de trabalhar eficazmente em parcerias; sustentabilidade; e o respeito pelo Estado de direito.

De maneira geral, a qualidade da governança está relacionada com a prosperidade das nações, regiões e cidades, num sentido mais amplo, que ultrapassa a riqueza monetária (Stead, 2015). Assim, alguns aspectos são inerentes a qualidade de governança pública, como as regras, estruturas e processos que constituem os princípios de governança e são instituídos dentro de uma comunidade política (Bovaird, 2005).

Os elementos-chave relacionados aos princípios de governança podem variar conforme o contexto de cada país. Porém, alguns desses elementos são susceptíveis em qualquer contexto, como por exemplo a transparência, a prestação de contas, a inclusão social e a igualdade, o respeito a diversidade, a capacidade de competir em ambiente global, dentre outros (Bovaird, 2005). Visto a divergência da governança pública para o contexto de cada país, faz-se necessário elaborar estudos que avaliem essas características entre os países de uma mesma base econômica, cultural e geográfica, e seu respectivo impacto no sentimento de confiança da sociedade. Esse fator poderá demonstrar se realmente a qualidade da governança pública impacta no sentimento de confiança, e que isso poderia gerar maior interação da sociedade com as ações políticas, comunidade gerando maior igualdade e inclusão social.

Além disso, os indicadores de governança possibilitam a avaliação e comparação da qualidade institucional dos países, podendo auxiliar na pesquisa e formulação de políticas públicas para melhoria do ambiente econômico e social das nações. Diferentes tipos de indicadores de governança estão sendo utilizados para avaliar as decisões dos gestores públicos na pesquisa científica desenvolvida sob esta temática (Mimicopoulos *et al.*, 2007). Dentre esses indicadores, situa-se o “nível de confiança” da população nos governos (Bouckaert & Walle, 2003; Christensen & Laegreid, 2005; Porumbescu & Park, 2014).

2.1 Confiança nas Instituições Governamentais

Morris e Klesner (2010) esclarecem que há distinção entre a confiança interpessoal e confiança política, visto que os objetos desses sentimentos são diferentes. A confiança em outros membros da sociedade é denominada como confiança interpessoal, já a confiança nos aspectos governamentais ou particulares do sistema político (os políticos, os direitos civis, estado de direito, etc.) é chamada de confiança política, confiança institucional, ou mesmo confiança social. Embora exista essa distinção entre ambas, os autores verificaram uma correlação que liga os dois tipos de confiança que podem agir como causa ou efeito de fatores como a corrupção, por exemplo.

A confiabilidade do governo influencia a capacidade de cooperação social e econômica pela sociedade, que, por sua vez, afeta a capacidade de governança do Estado. A confiança no governo tem consequências adicionais para a governança, pois interfere no nível de tolerância da sociedade, e no grau de cumprimento das exigências e regulamentações governamentais (Levi, 1998). Delhey e Newton (2005) apontam que a confiança social é uma propriedade coletiva, que sofre influência de instituições (governo) e estruturas sociais. A confiança no

governo é essencial para a estabilidade política e cumprimento das leis vigentes no país (Uslaner, 2003).

Rothstein e Uslaner (2005) explicam que a confiança social, possui duas fontes principais, denominadas de igualdade econômica e igualdade de oportunidades para a população. Sustentam-se na ideia de que países com alta confiança social, também possuem níveis altos de igualdade econômica; bem como que a redução da desigualdade aumenta a confiança social. A partir disso, tem-se observado países dedicado esforço na criação de igualdade de oportunidades, e não priorizando políticas de educação pública, saúde, dentre outras ações. O declínio da confiança, geralmente, é prejudicial para a prestação de serviços públicos (Wall, Roosbroek & Bouckaert, 2008). Nos países pobres, os altos níveis de desigualdade contribuem para a redução nos níveis de confiança social, ocasionando na diminuição do apoio político que por consequência afeta a arrecadação pública e repercute na dificuldade de implementação dos programas sociais (Rothstein & Uslaner, 2006).

Christensen e Laegreid (2005) analisaram os fatores relacionados a confiança no governo como satisfação, fatores políticos e demografia, na percepção de cidadãos noruegueses no ano de 2001. Os resultados encontrados indicaram que o maior nível de confiança em uma instituição pública tende a estender-se às outras instituições; variáveis culturais tem um efeito maior sobre o nível de confiança da sociedade com o governo; cidadãos satisfeitos com os serviços públicos possuem maior nível de confiança nas instituições públicas. Adicionalmente, constataram que a confiança no governo é também influenciada por fatores demográficos, como idade, educação e ocupação.

O estudo de Kim (2010) constata que, em primeiro lugar, o desempenho do governo na economia, o controle da corrupção política e a qualidade dos serviços públicos estão associados com a confiança pública no governo do Japão e da Coreia do Sul. Da mesma forma, os achados indicam que o direito de manifestação ou crítica da sociedade em relação as decisões políticas aumentam a confiança no governo do Japão e da Coreia do Sul. De acordo com Kim (2010), torna-se cada vez mais importante, investigar a confiança dos cidadãos no governo, no intuito de implementar ações que possam atender as expectativas dos cidadãos.

A utilização de portais públicos (sites) também traz implicações na confiança da sociedade com o governo. As práticas de transparência podem influenciar positivamente a percepção dos cidadãos sobre o governo. Desse modo, a utilização de práticas que demonstrem transparência do governo faz com que a população reconheça as ações executadas pelos entes públicos (Kim, 2010; Porumbescu, 2015). A este respeito, Porumbescu e Park (2014) ressaltam que os determinantes da confiança da população variam por área do governo.

O estudo de Park e Blenkinsopp (2011) buscou verificar os papéis desempenhados pela transparência e a confiança na relação entre a corrupção governamental e a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos na Coreia do Sul. Os achados indicaram que a relação entre corrupção e satisfação foi moderada pela transparência e parcialmente mediada pela confiança. Segundo os autores, a interação entre a confiança e a satisfação é reversiva, ou seja, a confiança é uma variável mediadora na relação entre corrupção e a satisfação. A Figura 1 evidencia uma síntese das relações investigadas por estes autores.

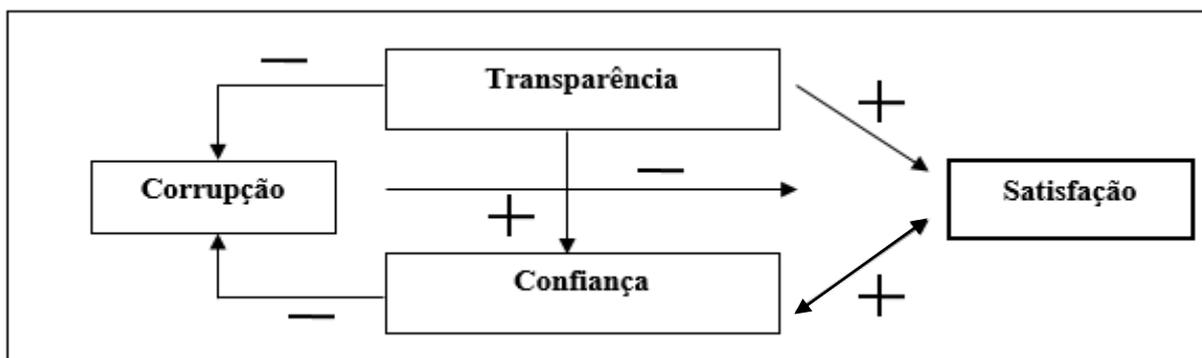


Figura 1: Relação entre a confiança e a satisfação no processo de governança.

Fonte: Park e Blenkinsopp (2011).

A partir dos achados encontrados no estudo desenvolvido por Park e Blenkinsopp (2011), os autores verificaram que a confiança aumenta a satisfação do cidadão, e a relação inversa também foi confirmada. Os achados apontam que a satisfação do cidadão não será totalmente melhorada sem a confiança no processo de geração dos serviços públicos. Os esforços do governo para combater a corrupção, e o desenvolvimento de ações que oportunizem melhor transparência dos gastos públicos, podem levar a uma percepção positiva da população.

Por outro lado, Bouckaert e Walle (2003) ponderam que a baixa confiança é uma expressão de atitude democrática saudável, visto que altos níveis de confiança podem facilitar a atuação repressiva do governo. Assim, sempre haverá um certo viés político-cultural nas atitudes de confiança, visto que um alto nível de confiança e satisfação nem sempre reflete uma "boa governança". Diante disso, os indicadores de confiança e satisfação devem ser interpretados conforme o contexto específico.

De maneira geral, Bouckaert e Walle (2003) apontam que os indicadores de confiança são um resultado da percepção dos cidadãos, enquanto os indicadores de boa governança são baseados em medições mais objetivas. Nesse sentido, a Figura 2 apresenta algumas diferenças concretas entre os indicadores e conceitos relativos a confiança e a governança pública.

<u>CONCEITO DE CONFIANÇA</u>	<u>CONCEITO DE BOA GOVERNANÇA</u>
<ul style="list-style-type: none"> -> Imparcialidade e ausência de risco; -> Segurança; -> Transparência; -> A satisfação com a prestação de serviços; -> Eficácia e participação política; -> Políticos de Confiança; 	<ul style="list-style-type: none"> -> Estado de Direito; -> Informação, comunicação -> Acesso à informação pública; -> Procedimentos de tratamento de queixas e sistemas de qualidade; -> Eleições livres e justas; -> Nível de corrupção; -> Independência do serviço público; -> Direitos de propriedade; -> Descentralização; -> Ausência de pobreza;

Figura 2: Indicadores de Confiança e Boa Governança.

Fonte: Bouckaert e Walle (2003).

A confiança e a boa governança são caracterizadas como elementos distintos, embora exista uma interdependência entre ambas, fato que será testando empiricamente nesta pesquisa. Além disso, a confiança no governo é entendida como um fenômeno subjetivo por parte de indivíduos dentro de um sistema (Bouckaert & Walle, 2003). Logo, compreender os efeitos da

qualidade da governança sobre o sentimento de confiança da população de um determinado país constitui-se um tema que precisa ser explorado, visto a importância que pode gerar nas ações sociais, políticas e econômicas, tanto por parte da sociedade, como também pelos entes governamentais.

2.2 Desenvolvimento da Hipótese de Pesquisa

Rennó (2001) examinou alguns dos pressupostos básicos das teorias da cultura política e do capital social sobre confiança social com dados da América Latina. Primeiramente analisou os tipos de comportamento político mais afetados pela confiança social. Em seguida, avaliou as variáveis que estimulam a existência da confiança social nos países em que a confiança não exerce influência em outras formas de comportamento político. De maneira geral, o estudo conclui que a confiança social é um elemento importante para definir o comportamento político. Mishler e Rose (2001) em um estudo realizado com países desenvolvidos, enfatizaram sobre o impacto que as percepções de desempenho econômico e político dos cidadãos exercem sobre o sentimento de confiança no governo.

Embora existam diversos fatores que interferem na governança pública, a confiança tem sido considerada parte de um conjunto de indicadores que são tidos como suficientes para determinar a boa governança pública, e que o inverso também é verdadeiro (Bouckaert & Walle, 2003; Park & Blenkinsopp, 2011). Não existe consenso na literatura para concluir que os níveis mais elevados de confiança influenciam no melhor funcionamento do governo, ou que seja necessária uma boa governança para criar confiança da sociedade com o governo. Porém, a literatura aponta que as medidas de construção da confiança política podem contribuir para melhoria da governança pública, em virtude da adoção de compromissos éticos e justos por parte dos governos (Levi, 1998; Bouckaert & Walle, 2003).

Portanto, entende-se que, quando a boa governança é definida como o processo de tomada de decisão, refletida em uma forte participação da sociedade civil, então a confiança é necessária para se alcançar uma boa governança pública. Porém, se a boa governança é definida como o resultado (micro e macro) do processo de governança, a necessidade de confiança tende a ser menor, visto que pode servir como um meio para diminuir os custos de transação (Bouckaert & Walle, 2003).

Cheung (2013) buscou explicar a evolução do sistema de governança pública em Hong Kong. Para tanto, observou as diversas reformas realizadas no setor público nas últimas três décadas, e também o presente declínio na governança pública, resultado de uma crise iminente a confiança pública no governo. Os achados demonstram que a atual configuração de governação política em Hong Kong, a qual havia prosperado até meados de 1997, entrou em colapso devido ao aumento da desconfiança política e do cinismo causado, em parte, pelo déficit democrático e ausência de responsabilidade política. Neste contexto, considerando-se as evidências encontradas na literatura, para a realização deste estudo, estabeleceu-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H₁: *Ceteris paribus*, a qualidade da governança pública está relacionada positivamente com o sentimento de confiança da população nas instituições governamentais de países latino-americanos.

3 METODOLOGIA

3.1 Dados e População

A pesquisa quanto ao seu objetivo é caracterizada como descritiva, de abordagem quantitativa, utilizando-se de dados documentais. A população da pesquisa compreende os

países da América Latina. Não obstante, pela indisponibilidade de dados, apenas sete países são analisados, saber: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai ($ID=7$). O período de análise compreende 19 anos (2006-2014), totalizando, portanto, 131 observações. Os dados são obtidos nas websites do *World Values Survey*, *World Bank*, e *The Global Economy*.

3.2 Sentimento de Confiança nas Intuições Públicas

O nível de sentimento de confiança nas instituições públicas é mensurado a partir de seis itens de percepção retirado do levantamento *cross-country* realizado por Inglehart *et al.* (2014). A seguinte pergunta norteia as respostas para este itens: “- *I am going to name a number of organizations. For each one, could you tell me how much confidence you have in them: is it a great deal of confidence, quite a lot of confidence, not very much confidence or none at all?*”. Os itens estudados buscam medir, dentre outros, por exemplo, o grau de confiança da população nomeadamente em relação às seguintes instituições públicas: (1) Forças armadas; (2) Polícia; (3) Judiciário; (4) Partidos políticos; (5) Parlamento; e (6) Governo Nacional. Uma vez que, as repostas estão tabuladas na forma de frequência em relação ao total de respondentes, utilizamos o percentil mais alto da escala do levantamento, isto é, (6) *great deal of confidence* e (5) *quite a lot of confidence*, como *proxy* para atribuir o nível do sentimento de confiança da população. Por exemplo, se a frequência para as escalas (6) e (5) quanto à confiança no Governo Nacional, em média for igual a 41, significa, que apenas 41% dos entrevistados tem confiança no Governo Nacional, e aproximadamente, os outros 49%, não. Portanto, quanto mais alto a média das escalas (6) e (5), maior é o sentimento de confiança na população quanto ao objeto em análise.

Na Tabela 1 apresentam-se as estatísticas descritivas dos itens do sentimento de confiança que se discute. De modo geral, as nações estudadas têm maior confiança nas forças armadas e na polícia do país, seguidas da confiança no governo nacional e no judiciário. A pior confiança está nos partidos políticos e no parlamento, respectivamente.

Tabela 1: Estatísticas descritivas dos itens do sentimento de confiança

Variável	Média	Desv.Pad.	Mínimo	25%	Mediana	75%	Máximo
SCP(1)	0,47	0,15	0,22	0,33	0,51	0,59	0,69
SCP(2)	0,39	0,14	0,16	0,26	0,45	0,53	0,64
SCP(3)	0,35	0,14	0,08	0,26	0,34	0,45	0,60
SCP(4)	0,20	0,10	0,05	0,11	0,21	0,25	0,37
SCP(5)	0,25	0,11	0,08	0,18	0,25	0,29	0,46
SCP(6)	0,38	0,12	0,12	0,34	0,39	0,46	0,61

Nota.

SCP(1)=Sentimento de Confiança nas Forças Armadas; SCP(2)=Sentimento de Confiança na Polícia; SCP(3)=Sentimento de Confiança no Judiciário; SCP(4)=Sentimento de Confiança nos Partidos Políticos; SCP(5)=Sentimento de Confiança no Parlamento; SCP(6)=Sentimento de Confiança no Governo Nacional.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 2 ilustra-se o sentimento de confiança entre os países latino-americanos. Quanto ao sentimento de confiança nas **forças armadas**, o Brasil é aquele que apresenta o maior sentimento de confiança; ao passo que a Argentina, o pior. Em relação ao sentimento de confiança na **polícia**, o Chile é aquele que apresenta o maior sentimento de confiança; ao passo que o Peru, o pior. No tocante ao sentimento de confiança no **judiciário**, o Uruguai é aquele que apresenta o maior sentimento de confiança; ao passo que o Peru, o pior. Referente ao sentimento de confiança nos **partidos políticos**, o Uruguai é aquele que apresenta o maior sentimento de confiança; ao passo que o Peru, o pior. Atinente ao sentimento de confiança no **parlamento**, o Uruguai é aquele que apresenta o maior sentimento de confiança; ao passo que

o Peru, o pior. E, por fim, concernente ao sentimento de confiança no **governo nacional**, o Uruguai é aquele que apresenta o maior sentimento de confiança; ao passo que o Peru, o pior.

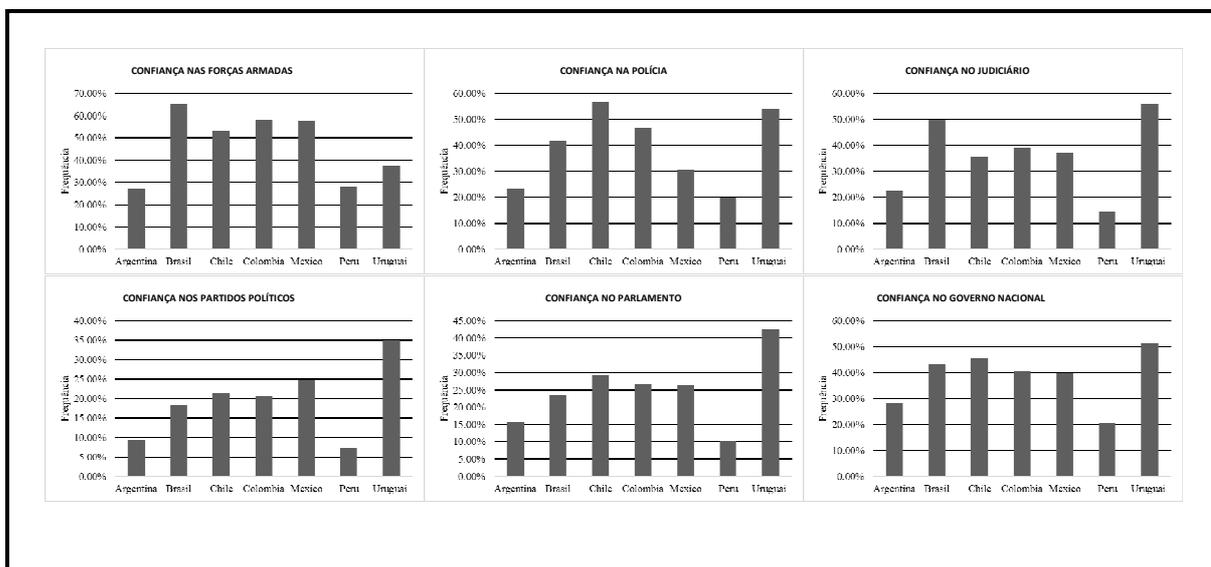


Figura 3: Sentimento de confiança entre os países latino-americanos

Fonte: Dados da pesquisa (Inglehart *et al.*, 2014).

Revela destacar, que dentre as instituições analisadas, o sentimento de confiança suplanta os 50%, apenas quanto às forças armadas (Brasil); polícia (Brasil); e Judiciário (Uruguai). O sentimento de confiança nas demais organizações estão abaixo de 50% em todos os países. De modo geral, o Uruguai é quem o tem maior sentimento de confiança nas instituições públicas observadas; ao passo que o Peru é quem tem o pior sentimento de confiança nas instituições analisadas.

3.3 Qualidade da Governança Pública

A qualidade da governança pública (QGP) é mensurada a partir da combinação de seis dimensões de governança pública proposta pelo *The Worldwide Governance Indicators (WGI)*, a saber: (1) voz e responsabilidade; (2) estabilidade política e ausência de violência; (3) eficácia do governo; (4) qualidade regulamentaria; (5) eficácia governamental; e (6) controle da corrupção. Em linhas gerais, essas dimensões de governança pública combinam pesquisas de levantamento entre cidadãos, empresários etc., além de banco de dados oficiais de instituições governamentais e não-governamentais (WGI, 2018). Cada categoria de governança ($i=6$) varia entre $-2,5$ (fraco) a $2,5$ (forte), portanto, quanto mais próximo de $2,5$, maior tende a ser a dimensão de governança pública em análise. Ademais, com base nessa variação os países são ranqueados a fim de sinalizar a evolução da governança pública ao longo do ponto. O *ranking* por dimensão varia de 0 (pior) a 100 (melhor).

A fim de agregar os *rankings* individuais das seis dimensões em um único *ranking* de governança pública, que varia entre 0 e 1, em que quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade da governança pública, aplicou-se a análise multicritério *TOPSIS* (*Technique for Order Preference by Smilarity to Ideal Solution*). Para mais detalhes a respeito desta técnica sugere-se ver Krohling e Souza (2011). Antes da aplicação da *TOPSIS*, é aplicado a análise das componentes principais (ACP), com objetivo de atribuir pesos informacionais a cada uma das seis dimensões de governança pública.

A Figura 4 ilustra que a componente 1 carrega quase 80% da variação do conjunto de dados. Para tanto, utiliza-se os coeficientes deste componente para multiplicar a cada observação (Tabela 2). Essa análise é realizada para os dados empilhados referente a todo o período.

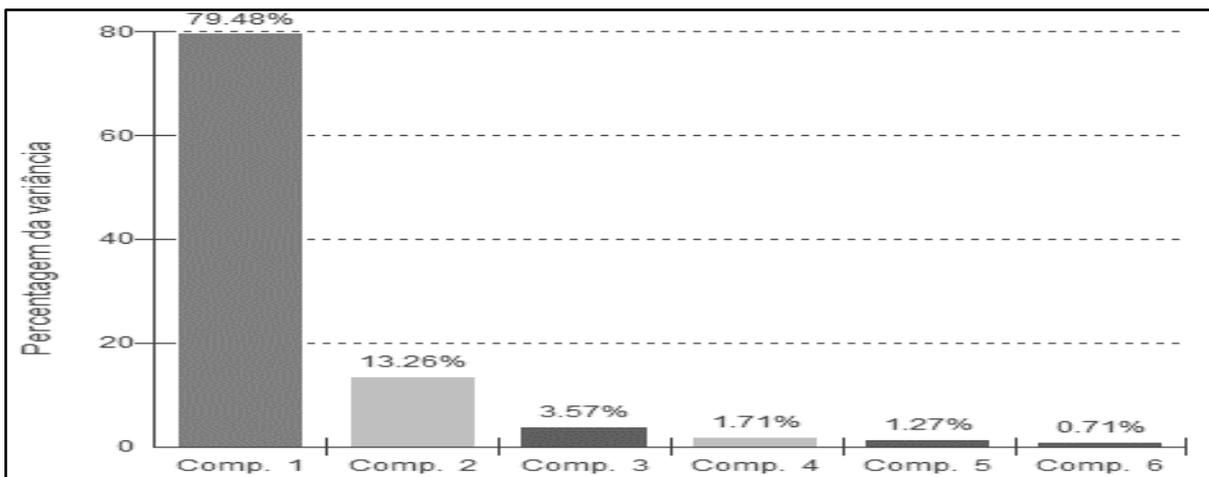


Figura 4: Variância das componentes principais

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2: Estimativa dos coeficientes dos autovetores.

Coefs. Autovetores	Coef. X1	Coef. X2	Coef. X3	Coef. X4	Coef. X5	Coef. X6
Componente 1	0.4141	0.3997	0.4131	0.3295	0.4458	0.4369
Componente 2	-0.4094	-0.4772	0.1964	0.7479	0.0818	-0.0085
Componente 3	-0.1265	0.1246	0.8298	-0.1949	-0.1647	-0.4636
Componente 4	-0.0679	-0.6034	0.2558	-0.5234	0.3534	0.4087
Componente 5	-0.7224	0.4326	0.0451	-0.1071	-0.1685	0.4991
Componente 6	-0.3442	0.2138	-0.1867	-0.0934	0.7837	-0.422

Nota.

(X1) voz e responsabilidade; (X2) estabilidade política e ausência de violência; (X3) eficácia do governo; (X4) qualidade regulamentaria; (X5) eficácia governamental; e (X6) controle da corrupção.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida a ponderação de cada observação i pelo coeficiente relativo à cada dimensão j ($j=1, \dots, 6$), é construído um ranqueamento final dos países latino-americanos utilizando-se a *TOPSIS*. O *ranking* varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, melhor é considerado a governança pública do país. Na Figura 5 ilustra-se a qualidade da governança pública dos sete países participantes da amostra.

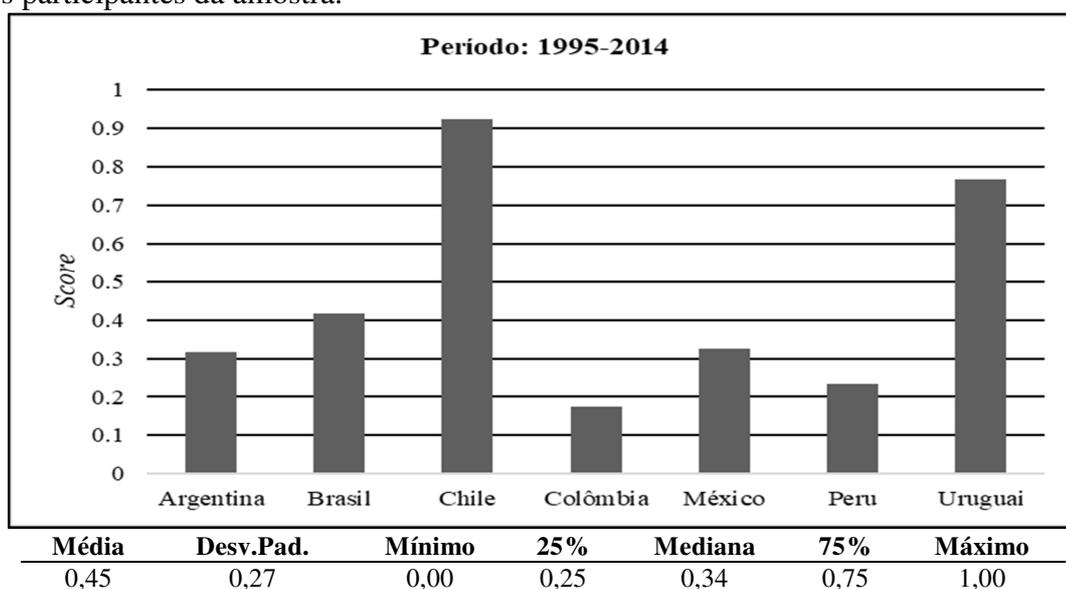


Figura 5: Qualidade da governança pública dos países latino-americanos

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 5 nota-se que a melhor governança pública diz respeito ao Chile, seguido do Uruguai. Por seu turno, a pior governança pública corresponde à Colômbia, seguida pela República do Peru. Em linhas gerais, no período investigado, a governança pública dos países latino-americanos é moderada, mas varia entre países com fraca governança e países com forte governança pública.

3.4 Modelo econométrico e demais variáveis

Para estimar o efeito da qualidade da governança pública sobre o sentimento de confiança nas instituições governamentais pela população local de cada país latino-americano, define-se a seguinte equação econométrica:

$$SCP_{jit} = \delta_0 + \beta_1 QGP_{it} + \beta_2 TAM_{it} + \beta_3 PIB_{it} + \beta_4 TXA_{it} + \beta_5 TXE_{it} + \beta_6 IDH_{it} + \beta_7 LFI_{it} + \xi_{it} \quad (1)$$

Em que SCP_{jit} é o sentimento de confiança da população na instituição j ($j=1, \dots, 6$); QGP_{it} é a qualidade da governança pública que varia entre 0 (pior) a 1 (melhor); TAM_{it} é o tamanho em milhões de pessoas; PIB_{it} é o produto Interno Bruto em valores constantes de milhões dólares; TXA_{it} é o Taxa de analfabetismo; TXE_{it} é o Taxa de pessoas matriculadas no ensino superior; IDH_{it} é o índice de desenvolvimento humano; LFI_{it} é a liberdade fiscal; ξ_{it} é o termo de erro aleatório do modelo.

A partir da Tabela 3 depreende-se que no período, a média populacional dos países é de 60 milhões de habitantes; com uma amplitude aproximada em mais de 200 milhões. O PIB per capita dos países é de aproximadamente 8,5 mil dólares, com uma amplitude aproximada de 11,7 milhões; a taxa média de alfabetização da população é de 93,22%, com uma amplitude aproximada de 24%; a taxa da população matriculada no ensino superior é igual a 38,17%, com uma amplitude aproximada de 79%; o IDH médio é de moderado a alto, com uma amplitude aproximada de 0,83; por fim o índice de liberdade fiscal médio dos países latino-americanos é de 77,60 pontos, com uma amplitude aproximada de 13 pontos.

Tabela 3: Estatísticas descritivas das variáveis de controle.

Variável	Média	Desv.Pad.	Mínimo	25%	Mediana	75%	Máximo
TAM	60,67	60,51	3,25	16,91	38,65	102,40	204,21
PIB	8.426,00	2.741,00	3.176,00	6.164,00	8.729,00	1.0070,00	1.4702,00
TXA	93,22	4,41	74,59	90,42	93,58	97,19	98,65
TXE	38,17	17,30	7,94	25,61	33,12	46,45	86,25
IDH	0,73	0,05	0,60	0,69	0,73	0,76	0,84
LFI	77,60	6,46	64,00	73,00	78,00	82,00	90,00

Nota.

TAM = Tamanho em milhões de pessoas; PIB=Produto Interno Bruto em valores constantes de milhões dólares; TXA=Taxa de analfabetismo; TXE= Taxa de pessoas matriculadas no ensino superior; IDH=Índice de Desenvolvimento Humano; LFI=Liberdade Fiscal.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Equação 1 é estimada utilizando o método de estimação da regressão beta com erros padrões robustos. Mais detalhes deste método de estimação podem ser vistos em Bayer (2011). A estimação é feita para os dados empilhados para todo o período. Ademais, todas as variáveis da Equação 1 estão livres de problemas de não-estacionaridade, bem como o painel de dados como um todo, pois consistente com teste de *Levin-Lin-Chu* (com intercepto e tendência) rejeitam-se as hipóteses de que o painel contém raiz unitária; portanto, os resultados reportados na próxima seção são consistentes econometricamente.

4 RESULTADOS PRINCIPAIS E DISCUSSÃO

Na Tabela 4 estão apresentados os resultados relativos às estimativas do efeito da qualidade da governança pública sobre o sentimento de confiança da população sobre as instituições governamentais de países latino-americanos, mais precisamente: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai.

Tabela 4: Efeito da qualidade da governança pública sobre o sentimento de confiança da população sobre as instituições governamentais de países latino-americanos.

$$SCP_{jit} = \delta_0 + \beta_1 QGP_{it} + \beta_2 TAM_{it} + \beta_3 PIB_{it} + \beta_4 TXA_{it} + \beta_5 TXE_{it} + \beta_6 IDH_{it} + \beta_7 LFI_{it} + \xi_{it}$$

	(J1)	(J2)	(J3)	(J4)	(J5)	(J6)
Intercepto	2.4540*** (1.1887)	0.1726*** (0.9104)	-7.4058** (1.7618)	-4.1866** (2.0601)	-2.1249** (1.0186)	-1.8744 (1.6170)
QGP	0.3914* (0.2347)	1.2795*** (0.1591)	1.2760*** (0.2259)	0.4802* (0.2766)	0.3896** (0.1819)	0.5327*** (0.1915)
TAM	0.0046*** (0.0013)	0.0002 (0.0008)	0.0069*** (0.0012)	-0.0005 (0.0014)	-0.0022*** (0.0008)	0.0004 (0.0011)
PIB	0.0001*** (0.0000)	0.0001*** (0.0000)	0.0001*** (0.0000)	0.0002*** (0.0000)	0.0002*** (0.0000)	0.0001*** (0.0000)
TXA	0.0229 (0.0195)	0.0538*** (0.0170)	0.1676*** (0.0246)	0.0664** (0.0259)	0.0636*** (0.0140)	0.0571*** (0.0211)
TXE	-0.0075* (0.0048)	0.0004 (0.0030)	-0.0087*** (0.0032)	-0.0232*** (0.0059)	-0.0166*** (0.0033)	-0.0106*** (0.0040)
IDH	-6.8042*** (2.0480)	-9.2154*** (1.8442)	-14.0712*** (1.8346)	-6.1853*** (2.1447)	-8.1125*** (1.5584)	-5.9364*** (1.6299)
LFI	-0.0123** (0.0052)	-0.0078* (0.0049)	0.0002 (0.0054)	0.0044 (0.0066)	-0.0005 (0.0045)	-0.0085 (0.0065)
<i>N</i>	131	131	122	122	131	122
<i>Wald</i>	340.21***	336.65***	356.13***	190.16***	288.92***	172.71***

Nota.

SCP(J1)=Sentimento de Confiança nas Forças Armadas; SCP(J2)=Sentimento de Confiança na Polícia; SCP(J3)=Sentimento de Confiança no Judiciário; SCP(J4)=Sentimento de Confiança nos Partidos Políticos; SCP(J5)=Sentimento de Confiança no Parlamento; SCP(J6)=Sentimento de Confiança no Governo Nacional.

Fonte: Dados da pesquisa.

Seis modelos são estimados na Tabela 4. De modo geral, ver-se que a qualidade da governança pública (QGP) está relacionada de modo estaticamente positivo com o sentimento de confiança nas instituições públicas que se analisam, sendo que os maiores efeitos marginais dizem respeito às instituições da polícia e do judiciário; ao passo que os menores efeitos marginais estão associados as instituições das forças armadas e do parlamento. Esses resultados coadunam com os achados de estudos anteriores, que confirmam a relação entre a qualidade da governança pública, quando determinada por indicadores específicos, e os níveis de confiança da população nas instituições governamentais (*e.g.*, Christensen & Lsgreid, 2005; Van Ryzin, 2007; Porumbescu & Park, 2014; Porumbescu, 2015).

Quanto as variáveis de controle, nota-se que em relação ao **tamanho**, para algumas dimensões do sentimento de confiança nas instituições governamentais, sua associação é positiva: forças armadas, polícia judiciário e governo nacional; e negativa para: partidos políticos e parlamento. Neste sentido, infere-se que, se por um lado os cidadãos de países de maior densidade populacional tendem a superavaliar o sentimento de confiança em algumas instituições públicas; por outro, tendem a subavaliar a confiança nos partidos políticos e também no parlamento.

Em relação ao **nível de desenvolvimento econômico (PIB)**, a associação é positiva em relação a todas as dimensões do sentimento de confiança. Portanto, depreende-se que os

cidadãos de países cuja a riqueza per capita e maior tendem a superavaliar o sentimento de confiança nas instituições públicas.

No tocante à **taxa de alfabetização**, ela também impacta positivamente o nível de confiança da população nas instituições governamentais. Possivelmente, em países, cuja população apresenta menor taxa de escolaridade enfrenta maior níveis de informações assimétricas e, assim, tenderiam superavaliar sua confiança nas instituições governamentais. Ao contrário, percebe-se que quanto maior a **taxa de escolaridade** da população (*e.g.*, quantidade de pessoas matriculada no ensino superior), menor é o nível de confiança nas instituições governamentais. Nesta perspectiva, quanto maior o nível de estudo dos cidadãos de um país, aparentemente, maior é probabilidade de eles subavaliarem a confiança nas instituições governamentais.

O **índice de desenvolvimento humano** mostra que, os cidadãos de nações mais desenvolvidas tende a subavaliar o sentimento de confiança nas instituições governamentais de seu país. Vale destacar que, dentre outras medidas, a composição do IDH leva em consideração a quantidade de anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade, e, portanto, quiçá, seja a explicação para tal associação negativa.

Por fim, referente à **liberdade fiscal**, *proxy* para o tamanho da carga tributária, nota-se uma associação negativa em relação ao sentimento de confiança em quase a totalidade das instituições governamentais analisadas. Deste modo, pode-se inferir que, em países, cuja a carga tributária é maior, existe uma probabilidade marginal de os cidadãos subavaliarem o nível de confiança nas instituições públicas, sobretudo, no caso de países em desenvolvimento, maioria dos países latino-americanos, em que o retorno da contribuição fiscal é bastante baixa em favor da população, quando comparado ao retorno fiscal dos países desenvolvidos.

Não obstante, pode-se depreender a existência de uma relação teórica de simultaneidade entre a qualidade da governança pública (QGP) e o sentimento de confiança da população nas instituições governamentais (SCP) (*e.g.*, Bouckaert & Walle, 2003; Park & Blenkinsopp, 2011), isto é, QGP pode está influenciando SCP, todavia, SCP também pode está influenciando QGP. O maior problema relacionado a este aspecto, seria a inconsistência nos resultados reportados. Contudo, ao aplicar-se testes de endogeneidade conforme a Tabela 5; não se rejeitam as hipóteses de exogeneidade em relação aos modelos apresentados na Tabela 4.

Tabela 5: Testes de endogeneidade.

	(J1)	(J2)	(J3)	(J4)	(J5)	(J6)
Variável instrumentada	QGP					
Instrumentos	TAM PIB TXA TXE IDH LFI L.RGV L.SCP L.TAM L.PIB L.TXA L.TXE L.IDH L.LFI					
	0.2155	0.4779	0.8366	0.1497	0.0121	0.0738
	(<i>p</i> =0.6425)	(<i>p</i> =0.4893)	(<i>p</i> =0.3604)	(<i>p</i> =0.6988)	(<i>p</i> =0.9123)	(<i>p</i> =0.7859)
<i>H</i> ₀ : variáveis são exógenas	Não Rejeita	Não Rejeita	Não Rejeita	Não Rejeita	Não Rejeita	Não Rejeita

Nota.

SCP(J1)=Sentimento de Confiança nas Forças Armadas; SCP(J2)=Sentimento de Confiança na Polícia; SCP(J3)=Sentimento de Confiança no Judiciário; SCP(J4)=Sentimento de Confiança nos Partidos Políticos; SCP(J5)=Sentimento de Confiança no Parlamento; SCP(J6)=Sentimento de Confiança no Governo Nacional.

TAM = Tamanho em milhões de pessoas; PIB=Produto Interno Bruto em valores constantes de milhões dólares; TXA=Taxa de analfabetismo; TXE= Taxa de pessoas matriculadas no ensino superior; IDH=Índice de Desenvolvimento Humano; LFI=Liberdade Fiscal.

Estimativa via *Generalized Method of Moments* (GMM), com erros padrões robustos. *L*=operador de defasagem.

Fonte: Dados da pesquisa.

O teste de endogeneidade mostra, portanto, que, conquanto, haja uma relação teórica recíproca entre a qualidade da governança pública e o sentimento de confiança nas instituições

governamentais, essa simultaneidade não é comprovada neste estudo, o que leva a consistência econométrica dos resultados que são reportados.

Os resultados aqui reportados, em grande medida, seguem a literatura discutida na pesquisa. Além disto, os resultados encontrados permitem confirmar também a hipótese central do estudo.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou verificar o efeito da qualidade da governança pública no sentimento de confiança da população nas instituições governamentais de países latino-americanos. A população desta pesquisa compreendeu os países pertencentes a América Latina, em virtude da indisponibilidade de dados, são analisados sete países, saber: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. Para tanto, o período de análise compreendeu 19 anos (2006-2014).

Os resultados indicam que o Chile possui os melhores indicadores relacionados a qualidade da governança pública. Por outro lado, Colômbia, Argentina e Peru apresentaram os piores indicadores relacionados a qualidade da governança pública. Em relação a confiança no governo o Brasil e Uruguai foram os países que apresentaram os melhores indicadores, e o Colômbia e Peru os piores indicadores.

De maneira geral, é possível observar que a Colômbia e o Peru são os países que possuem os piores indicativos em relação a confiança no governo e qualidade da governança pública, e, portanto, necessitam de engajamento político para melhorar ações de governança pública buscando alcançar melhoria no sentimento de confiança da população, e assim, promover o estímulo da sociedade civil para práticas públicas que auxiliam os entes governamentais nas suas práticas de melhoria da qualidade de vida.

Quanto as variáveis de controle, verificou-se uma relação positiva entre a variável tamanho e as dimensões forças armadas, polícia judiciário e governo nacional, e negativa para partidos políticos e parlamento; Em relação ao nível de desenvolvimento econômico (PIB), a associação é positiva em relação a todas as dimensões do sentimento de confiança; Para a variável taxa de alfabetização, verificou-se um impacto positivo no nível de confiança da população nas instituições governamentais; Em relação a taxa de escolaridade da população (*e.g.*, quantidade de pessoas matriculada no ensino superior), percebeu-se uma relação contrária; Quanto ao índice de desenvolvimento humano, verificou-se que os cidadãos de nações mais desenvolvidas tendem a subavaliar o sentimento de confiança nas instituições governamentais de seu país; Por fim, referente à liberdade fiscal (carga tributária), verificou-se uma associação negativa em relação ao sentimento de confiança em quase a totalidade das instituições governamentais analisadas.

De modo geral, considera-se que um menor grau de confiança ou uma insatisfação por parte da população pode reconhecer e fortalecer a ausência de compromissos e características negativas (ruins) dos governos, como por exemplo, falta de transparência, não combate a corrupção, desigualdade econômica e social. Esses resultados coadunam com os achados de estudos anteriores, que confirmam a relação entre a qualidade da governança pública, quando determinada por indicadores específicos, e os níveis de confiança da população no governo (Christensen & Lsgreid, 2005; Van Ryzin, 2007; Porumbescu & Park, 2014; Porumbescu, 2015).

Conclui-se que a menor confiança no governo é determinante da menor eficácia governamental, da menor estabilidade política e ausência de violência, da maior qualidade regulatória e da maior voz e responsabilização. Esses achados contribuem para que os entes governamentais dos países da América Latina, em especial Peru e Colômbia, atentem às ações que visem melhorias na governança pública com a finalidade de aumentar o sentimento de

confiança da população, e assim, atingir indicadores sociais e econômicos pela interação e participação efetiva da sociedade civil nos programas criados pelos entes de governo.

REFERÊNCIAS

Bayer, F. M. (2011). *Modelagem e inferência em regressão beta*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de Pernambuco, pp.1-130.

Bouckaert, G. & Van de Walle, S. (2003). Comparing measures of citizen trust and user satisfaction as indicators of 'good governance': difficulties in linking trust and satisfaction indicators. *International Review of Administrative Sciences*, v. 69, n. 3, p. 329-343.

Bovaird, T. & Löffler, E. (2003). Evaluating the quality of public governance: indicators, models and methodologies. *International Review of Administrative Sciences*, v. 69, n. 3, p. 313-328.

Brender, A., & Drazen, A. Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of Monetary Economics*, v. 52, n. 7, p. 1271-1295, out, 2005.

Cheung, A. B. L. (2013). Public governance reform in Hong Kong: Rebuilding trust and governability. *International Journal of Public Sector Management*, v. 26, n. 5, p. 421-436.

Christensen, T. & Lagreid, P. (2005). Trust in government: The relative importance of service satisfaction, political factors, and demography. *Public Performance & Management Review*, v. 28, n. 4, p. 487-511.

Delhey, J. & Newton, K. (2005). Predicting cross-national levels of social trust: global pattern or Nordic exceptionalism? *European Sociological Review*, v. 21, n. 4, p. 311-327.

Heintzman, R. & Marson, B. (2005). People, service and trust: is there a public sector service value chain? *International Review of Administrative Sciences*, v. 71, n. 4, p. 549-575.

Inglehart, R., C. Haerpfer, A. Moreno, C. Welzel, K. Kizilova, J. Diez-Medrano, M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen et al. (eds.). (2014). *World Values Survey: Round Three* - Country-Pooled Datafile Version: www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV3.jsp. Madrid: JD Systems Institute.

Kikuchi, M. (2008). Assessing government efforts to (Re) build trust in government: challenges and lessons learned from Japanese experiences. *Research in Public Policy Analysis and Management*, v. 17, p. 201-25.

Kim, S. (2010). Public trust in government in Japan and South Korea: Does the rise of critical citizens matter? *Public Administration Review*, v. 70, n. 5, p. 801-810.

Kim, S. (2010). Public trust in government in Japan and South Korea: Does the rise of critical citizens matter? *Public Administration Review*, v. 70, n. 5, p. 801-810.

Kissler, L. & Heidemann, F. G. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 3, p. 479-499.

Krohling, R. A., & Souza, T. T. M. (2011). Dois exemplos da aplicação da técnica TOPSIS para tomada de decisão. *Revista de Sistema de Informação da FSMA*, n. 8, pp.31-35.

Lechner, N. (1993). Estado, Mercado e desenvolvimento na América Latina. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 28-29, pp.237-248.

Leonardi, A., Coronel, D. A., & Ilha, A. S. (2011). Desenvolvimento social na América Latina e a sua relação com o crescimento econômico. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 13, n. 23, pp. 78-89.

Levi, M. (1998). A state of trust. *Trust and governance*, v. 1, p. 77-101.

Löffler, E. (2001). Governance: Die neue Generation von Staats-und Verwaltungsmodernisierung. *Verwaltung und Management*, p. 212-215.

Mimicopoulos, M., Kyj, L., Sormani, N., Bertucci, G. & Qian, H. (2007). Public governance indicators: A literature review. *New York, NY: United Nations Department of Economic and Social Affairs*.

Mishler, W. & Rose, R. (2001). Political support for incomplete democracies: Realist vs. idealist theories and measures. *International Political Science Review*, v. 22, n. 4, p. 303-320.

Morris, S. D. & Klesner, J. L. (2010). Corruption and trust: Theoretical considerations and evidence from Mexico. *Comparative Political Studies*, v. 43, n. 10, p. 1258-1285.

Nye, J. S., Zelikow, P. & King, D. C. (1997). *Why people don't trust government*. Harvard University Press.

Park, H. & Blenkinsopp, J. (2011). The roles of transparency and trust in the relationship between corruption and citizen satisfaction. *International Review of Administrative Sciences*, v. 77, n. 2, p. 254-274.

Porumbescu, G. A. & Park, Y. (2014). Examining the distinctiveness of antecedents to trust in government. *African and Asian Studies*, v. 13, n. 3, p. 315-337.

Porumbescu, G. A. (2015). Does transparency improve citizens' perceptions of government performance? Evidence from Seoul, South Korea. *Administration & Society*.

Putnam, R. D. (1993). The prosperous community. *The American Prospect*, v. 4, n. 13, p. 35-42.

Rennó, L. R. (2001). Confiança interpessoal e comportamento político: micro fundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Revista Opinião Pública*, v. 7, n. 1, p. 33-59.

Rothstein, B. & Teorell, J. (2008). What is quality of government? A theory of impartial government institutions. *Governance*, v. 21, n. 2, p. 165-190.

Rothstein, B. & Uslaner, E. M. (2005). All for all: Equality, corruption, and social trust. *World politics*, v. 58, n. 01, p. 41-72.

Schuknecht, L. Fiscal policy cycles and public expenditure in developing countries. WTO working paper, 1998.

Uslaner, E. M. (2003). Trust, democracy and governance: Can government policies influence generalized trust? In: *Generating social capital*. Palgrave Macmillan US, p. 171-190.

Van de Walle, S., Van Roosbroek, S. & Bouckaert, G. (2008). Trust in the public sector: is there any evidence for a long-term decline? *International Review of Administrative Sciences*, v. 74, n. 1, p. 47-64.

Van Ryzin, G. G. (2005). Expectations, performance, and citizen satisfaction with urban services. *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 23, n. 3, p. 433-448.

Welch, E. W., Hinnant, C. C. & Moon, M. J. (2005). Linking citizen satisfaction with e-government and trust in government. *Journal of public administration research and theory*, v. 15, n. 3, p. 371-391.

WGI – The Worldwide Governance Indicators. (2018). Disponível em: <<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>>. Acesso em: 03 jul. 2016.